

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.502.015 - RS
(2019/0135114-5)**

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
EMBARGANTE : ADRIANE DA ROSA PEIXOTO
EMBARGANTE : BL PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA
EMBARGANTE : FENIX SERVIÇOS EM EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA
EMBARGANTE : JAIR CANTU PEIXOTO
EMBARGANTE : LUCAS DA ROSA PEIXOTO
EMBARGANTE : SIGMA COMERCIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA
ADVOGADOS : LAURENCE BICA MEDEIROS - RS056691
ARTHUR ALVES SILVEIRA - RS080362
JOAO ADALBERTO MEDEIROS FERNANDES JUNIOR E
OUTRO(S) - RS040315
FERNANDO CAMPOS DE CASTRO - RS104450
EMBARGADO : KRÁS BORGES E DUARTE ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S
ADVOGADOS : FRANK GIULIANI KRAS BORGES - RS048084
MARK GIULIANI KRÁS BORGES - RS050889
CARLOS DUARTE JUNIOR - RS052776

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Adriane da Rosa Peixoto e outros à decisão monocrática proferida por este signatário, a qual não conheceu do recurso especial, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 227):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. ART. 932, III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

Em suas razões (e-STJ, fls. 236-240), os embargantes alegam que o recurso especial não trata exclusivamente do julgamento partindo de dissídio jurisprudencial, mas também pela alínea *a* do art. 105, III, da Constituição Federal.

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, os embargos de declaração se revestem de índole particular e

Superior Tribunal de Justiça

fundamentação vinculada, cujo objetivo é o esclarecimento do verdadeiro sentido de uma decisão eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1.022 do CPC/2015), não possuindo natureza de efeito modificativo.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO POR EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FACE DE JUÍZO DO TRABALHO - AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - REDISCUSSÃO DO JULGADO - EXECUÇÃO TRABALHISTA - DECLARAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL - PRECEDENTES DO STJ.

1. Os embargos de declaração, a teor das disposições do art. 1.022, do CPC/15 (art. 535, CPC/73), são inviáveis quando inexiste obscuridade, contradição ou omissão na decisão embargada.

2. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material do acórdão embargado. Recurso dotado de caráter manifestamente infringente. Inexistência de demonstração dos vícios apontados, objetivando à rediscussão da matéria, já repetidamente decida.

[...] 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl nos EDcl no AgRg no CC 122675/RJ, Rel. Min. Marco Buzzi, Segunda Seção, julgado em 14/06/2017, DJe 22/06/2017)

Do reexame da deliberação unipessoal, verifica-se que os agravantes não atenderam a esse reclamo, limitando seus argumentos a repisar as razões quanto à inaplicabilidade da Súmula n. 7 do STJ e negativa de prestação jurisdicional, silenciando-se sobre a incidência da Súmula n. 83 do STJ (e-STJ, fls. 185-196).

Desse modo, não se verifica o aludido vício, mas apenas a pretensão de rejugamento da causa em razão do seu inconformismo com resultado, tornando inviável o acolhimento dos aclaratórios.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator